

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

Lages/SC

Exercício 2024

Nº: 0040/2024

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ



LÓGICA
CONSULTORIA
ATUARIAL

MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Unidade Gestora:
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES - LAGESPREVI

Perfil Atuarial do RPPS:
Perfil II

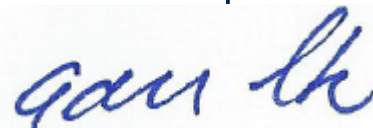
Data Focal da Avaliação Atuarial:
31/dez/2023

Data Base dos Dados:
31/out/2023

Data de Elaboração:
17/mai/2024

Número da Nota Técnica Atuarial:
Fundo Previdenciário: 2020.000899.1
Fundo Financeiro: 2020.000899.2

Atuário responsável:



Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	BASE NORMATIVA	4
2.1	Normas Gerais.....	4
2.2	Normas Específicas	4
3	BASES TÉCNICAS.....	5
3.1	Hipóteses Atuariais e Premissas	5
3.2	Regimes Financeiros.....	7
3.3	Métodos de Financiamento Atuarial	8
4	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	9
5	BASE DE DADOS CADASTRAIS.....	9
6	ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	11
6.1	Variação na base de dados cadastrais do Plano Previdenciário	11
6.2	Variação no custo previdenciário	12
6.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas	13
7	ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO	16
7.1	Variação na base de dados cadastrais do Plano Financeiro	16
7.2	Variação no Custo Previdenciário.....	17
7.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas	17
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19



1 INTRODUÇÃO

A pedido dos gestores e em observando as exigências da Secretaria da Previdência do Governo Federal para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017), este relatório foi elaborado para demonstrar a evolução da massa segurada e dos resultados atuariais do RPPS de Lages/SC, comparando-se os resultados observados nas Avaliações Atuariais dos três últimos exercícios, tendo-se descrito as bases normativas e hipóteses atuariais utilizadas na última Avaliação Atuarial realizada.

2 BASE NORMATIVA

Os dispositivos legais utilizados como referência para os cálculos atuariais apresentados neste estudo estão enumerados a seguir:

2.1 Normas Gerais

- Constituição **Federal** e alterações introduzidas pelas **Emendas Constitucionais Nº. 20, 41, 47, 70, 88 e 103**, de 15 de dezembro de 1998, 19 de dezembro de 2003, 05 de julho de 2005, 29 de março de 2012, 07 de maio de 2015 e de 12 de novembro de 2019, respectivamente;
- **Lei nº. 9.717**, de 27 de novembro de 1998;
- **Lei nº. 10.887**, de 18 de junho de 2004;
- **Lei Complementar nº 152**, de 03 de dezembro de 2015;
- **Portaria MTP nº 1.467**, de 02 de junho de 2022; e
- **Portaria MTP nº 3.289**, de 23 de agosto de 2023.

2.2 Normas Específicas

- **Lei Municipal nº 154**, de 24 de outubro de 2001; e
- **Lei Municipal nº 427**, de 27 de novembro de 2013 (com alterações).



3 BASES TÉCNICAS

Conforme define a Portaria MTP nº 1.467/22, Bases Técnicas são premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

Neste item, descrevemos inicialmente as Hipóteses Atuariais e, na sequência os Regimes Financeiros adotados neste estudo, bem como o Método de Financiamento Atuarial adotado no Regime Financeiro de Capitalização.

3.1 Hipóteses Atuariais e Premissas

A Avaliação Atuarial projeta cenários decorrentes de eventos incertos ao longo do tempo, como, por exemplo, o quantitativo de segurados, a duração do tempo de pagamento dos benefícios previdenciários, bem como os seus valores a cada ano futuro.

Para tanto, são adotadas hipóteses que devem refletir as características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas incidentes sobre a população de segurados e respectivo plano previdenciário, que denominamos Hipóteses Atuariais.

Por representarem estimativas de eventos futuros, devem ser periodicamente confrontadas com os acontecimentos da vida real, para que se avalie a necessidade de ajustes. Esta análise, além de ser uma recomendação técnica, tem obrigatoriedade legal dada pela Portaria MTP nº 1.467/22.

As hipóteses atuariais adotadas foram as seguintes:

1. Tábuas Biométricas:

- 1.1. Tábua de mortalidade de válidos: – fase laborativa e fase pós laborativa: IBGE-2022 segregada por sexo.
- 1.2. Tábua de mortalidade de inválidos: IBGE-2022 segregada por sexo.
- 1.3. Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

2. Alterações futuras no perfil e composição das massas de segurados:

- 2.1. Rotatividade: 0,00% ao ano;



2.2. Expectativa de reposição dos segurados ativos: número constante de servidores ativos por 75 anos, supondo que a cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar com idade e salário iguais aos daquele que se desligou, quanto foi admitido no município.

3. Estimativas sobre remunerações e proventos:

3.1. Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade: 2,64% real ao ano;

3.2. Taxa real do crescimento dos proventos: 0%;

4. Taxa de juros atuarial:

Fundo Previdenciário Capitalizado: 5,17% real ao ano;

Fundo Previdenciário Financeiro: 0,00%/4,97% real ao ano.

5. Idade de entrada em algum regime previdenciário e em aposentadoria:

5.1. Idade estimada de entrada em algum regime previdenciário: diferença entre a idade de admissão no município e o tempo de serviço passado informado na base de dados cadastrais.

5.2. Idade estimada de entrada em aposentadoria: são consideradas as regras de entrada em aposentadoria previstas nas Emendas Constitucionais EC nº 20/98, EC nº 40/03, EC nº 41/03, nº 47/05 e EC nº 103/19, indicando para o estudo atuarial a de menor idade alcançada, adicionada de três anos, resultante da estimativa de tempo decorrido entre a reunião dos requisitos para entrada em aposentadoria e a efetiva requisição. Os participantes em risco iminente de aposentadoria foram redistribuídos para os próximos três anos seguintes, atribuindo maior demora no ingresso em aposentadoria para os servidores mais jovens.

5.3. Composição do grupo familiar: para efeito de cálculo de custo de pensão por morte do segurado, considerou-se o estado civil informado na base de dados cadastrais. Para projeções futuras de concessão de pensão, considerou-se a probabilidade de se deixar dependente vitalício em caso de morte, calculada a partir da observação da frequência de servidores casados agrupados por idade, ajustando-os por uma função logarítmica que mais se aproxima da tendência que os dados indicam.

6. Compensação financeira entre os regimes: A estimativa de Compensação Financeira foi considerada como Ativo do Plano, uma vez que o RPPS possui convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem. Como não consta da base cadastral os valores das remunerações de cada servidor no período a compensar com o regime previdenciário de origem nem há



ainda valores de repasse decorrentes de compensação previdenciária, partiu-se do princípio de que o fluxo de compensação previdenciária equivale a 6,00% dos valores médios de benefício compensáveis pagos atualmente. Tal parâmetro é resultado da média observada em outros entes públicos que recebem receitas de compensação previdenciária.

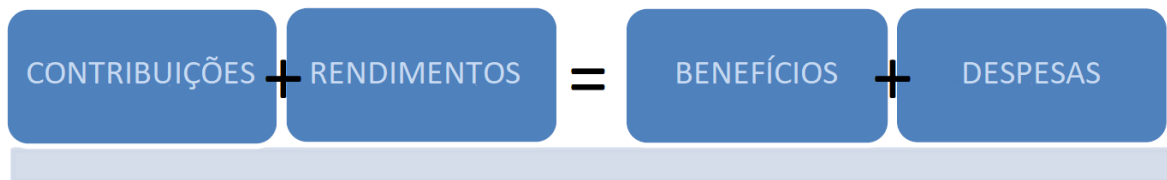
7. Demais Hipóteses Atuariais:

7.1. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: 100%, ou seja, a inflação não corrói remuneração e proventos no período de um ano a ponto de impactar nos valores das Provisões Matemáticas.

3.2 Regimes Financeiros

Para entender os Regimes e Métodos Financeiros Atuariais, considere a equação seguinte:

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO FINANCIAMENTO DE UM PLANO PREVIDENCIÁRIO.



Os segurados e o Ente Público realizam contribuições regulares para o Fundo que aplica estes recursos no mercado financeiro. Tanto as contribuições quanto os rendimentos são receitas que se somam para fazer o Fundo crescer cada vez mais.

Os pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões, bem como das despesas administrativas se somam para consumir os recursos do Fundo, fazendo-o decrescer.

Desta forma, os rendimentos são parte importante desta equação e uma das principais diferenças entre os Regimes Financeiros, que, segundo o Art. 30 da Portaria nº 1.467/22, são os seguintes: Regime Financeiro de Capitalização; de Repartição de Capitais de Cobertura e de Repartição Simples.

No Regime Financeiro de Capitalização, as contribuições ocorrem durante a fase laboral do segurado, formando um fundo financeiro que rende receitas financeiras desde o primeiro momento de sua constituição, e permanece produzindo rendimentos mesmo após a concessão

do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

No Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, as contribuições de um ano se somam para formar o fundo que garantirá o pagamento dos benefícios concedidos neste período. Neste caso, as receitas financeiras são menores que as do Regime Financeiro de Capitalização, já que ocorrem apenas após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos dos benefícios não programáveis de aposentadoria por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como de Pensão por morte de Segurados Ativos.

No Regime Financeiro de Repartição Simples, conceitualmente, não há formação de fundo financeiro e, desta forma, não há receita financeira. Sua aplicação era indicada para cálculo dos custos dos auxílios, mas, em função da edição da EC 103/19, passaram a cargo do tesouro do ente público.

3.3 Métodos de Financiamento Atuarial

A Portaria nº 1.467/22 define como Método de Financiamento Atuarial aquele adotado pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS. O normativo prevê os seguintes métodos:

- I - Crédito Unitário Projetado;
- II - Idade Normal de Entrada;**
- III - Prêmio Nivelado Individual; e
- IV - Agregado por Idade Atingida.

Neste estudo atuarial, será utilizado o método Idade Normal de Entrada, que tem como principal característica o fato de que Custo Normal é um percentual constante do salário ao longo do tempo, o que traz confiança no sistema previdenciário.

Entretanto, para efeito de apuração das Provisões Matemáticas e do Resultado Atuarial, será utilizado o Método Agregado Ortodoxo, tomando o custeio praticado atualmente como referência para estimar o Valor Atual das Contribuições Futuras.

4 PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Para elaboração da avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, inclusive o Abono Anual, previstos na legislação do município, para fins de apuração do custo:

- Aposentadorias, que correspondem a benefícios concedidos aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo, podendo ser compulsória ou voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- Aposentadoria por Invalidez que corresponde ao benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do município ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do município.
- Pensão por Morte, que corresponde ao benefício previdenciário concedido ao dependente do servidor ativo ou aposentado, que venha a falecer.

5 BASE DE DADOS CADASTRAIS

Para esta análise foram utilizadas bases de dados cadastrais que contemplam toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, conforme informações dadas pelos gestores do plano.

As bases de dados utilizadas no último estudo atuarial apresentam qualidade satisfatória. Diante da inexistência ou inconsistência de informações apresentadas nas bases de dados cadastrais encaminhadas pelo Município, foram adotadas premissas técnicas que visam reduzir seus efeitos nos resultados da avaliação atuarial. Tais inconsistências estão relacionadas ao tempo de serviço anterior ao ingresso no Município não informado.



Fundo Previdenciário

Composto pelos servidores admitidos a partir de 31/ago/13 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores, conforme a Lei Municipal nº 427, de 27 de novembro de 2013. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Capitalização.

6 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em atendimento à Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, e em consonância com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, segue abaixo análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, informações retiradas do Demonstrativos de Avaliação Atuarial – DRAA, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

6.1 Variação na base de dados cadastrais do Plano Previdenciário

Quadro 1. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	935	2	5
Avaliação Atuarial 2023	897	2	5
Avaliação Atuarial 2024	863	4	7

Quadro 2. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 2.381,80	R\$ 1.454,08	R\$ 456,41
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 3.043,29	R\$ 1.674,31	R\$ 527,83
Avaliação Atuarial 2024	R\$ 3.535,25	R\$ 1.724,38	R\$ 1.293,42

Quadro 3. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 2.226.979,27	R\$ 2.908,15	R\$ 2.282,06
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 2.729.830,27	R\$ 3.348,61	R\$ 2.639,14
Avaliação Atuarial 2024	R\$ 3.050.918,33	R\$ 6.897,50	R\$ 9.053,95

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- redução de 3,79% pontos percentuais no número de participantes ativos, 34 servidores. Paralelo a isto, houve aumento de 2 servidores aposentados e 2 Pensionistas, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 12,10% no gasto com pessoal.

6.2 Variação no custo previdenciário

Quadro 4. Variações dos Custos Normais

CUSTO NORMAL	Avaliação Atuarial 2022	Avaliação Atuarial 2023	Avaliação Atuarial 2024
Aposentadorias com reversão ao dependente	28,48%	29,88%	27,19%
Invalidez com reversão ao dependente	2,32%	2,32%	2,26%
Pensão de ativos	2,20%	3,10%	3,29%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	33,00%	35,30%	32,74%
Administração do Plano	2,00%	2,00%	0,50%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	35,00%	37,30%	33,24%

Quadro 5. Variações dos Valores de Reservas e Ativo do Plano

Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial 2022	Avaliação Atuarial 2023	Avaliação Atuarial 2024
(-) Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R\$ 897.134,44	R\$ 1.166.286,09	R\$ 2.926.444,17
(-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R\$ 40.958.810,88	R\$ 95.855.900,22	R\$ 97.171.645,54
Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	R\$ 41.855.945,32	R\$ 97.022.186,31	R\$ 100.098.089,71
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 74.126.610,13	R\$ 90.187.278,17	R\$ 112.545.457,82
Resultado: Déficit Técnico Atuarial	R\$ 32.270.664,81	(R\$ 6.834.908,14)	R\$ 12.447.368,11

Dos dados dispostos nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2022 e a Avaliação Atuarial de 2023 verificou-se um aumento de 131,80% dos valores de Provisões Matemáticas em função do aumento da folha de salários e benefícios em 22,56%, além disso, verificou-se redução da taxa de juros utilizada no cálculo, que passou de 4,99% na AA 2022 para 4,84%; com isso verificou-se o surgimento de um déficit atuarial, visto que o aumento de 21,67% do Ativo Líquido do plano não foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões Matemáticas.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2023 e a Avaliação Atuarial de 2024 verificou-se um aumento de 3,17% dos valores de Provisões Matemáticas em função do aumento da folha de salários e benefícios em 12,10%, que teve seu impacto reduzido pelo aumento da taxa de juros utilizada no cálculo, que passou de 4,84% na AA 2023 para 5,17%; com isso verificou-se a volta de um superávit atuarial, visto que o aumento de 24,79% do Ativo Líquido do plano foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões Matemáticas.

6.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 6. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2021	9.864.851,08	222.151,44	9.642.699,64
Avaliação Atuarial 2022	9.730.177,21	698.076,22	9.032.100,99
Avaliação Atuarial 2023	17.202.899,22	787.596,62	16.415.302,60

Quadro 7. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Ocorridas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2021	12.022.163,47	160.081,34	11.862.082,13
2022	14.234.966,45	179.038,15	14.055.928,30
2023	24.212.959,71	1.701.945,76	22.511.013,95

Quadro 8. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2021	-17,94%	38,77%	
2022	-31,65%	289,90%	
2023	-28,95%	-53,72%	

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Nos anos de 2021 e 2022 verifica-se diferenças significativas em relação aos valores de estimados e corridos, principalmente no ano de 2022, onde os valores de receitas estimadas foram inferiores em 31,65%, enquanto os valores de despesas estimadas foram superiores em 289,90%.

Em relação ao ano de 2023 verifica-se ainda uma diferença significativa em relação aos valores estimados e ocorridos, tendo sido estimado valores de receitas inferiores em 28,95%, enquanto os valores de despesas estimadas foram inferiores em 53,72%.

Com relação aos valores de Receitas de 2023 identifica-se que o principal motivo para ter sido estimado um valor inferior ao ocorrido se deve a rentabilidade da carteira de investimentos que foi em magnitude bastante superior ao esperado, onde a meta atuarial de 2023 que era de 8,73% foi batida com e a rentabilidade ocorrida foi de 12,61%.

Com relação aos valores de despesas de 2023 o principal motivo para os valores estimados terem sido inferiores foi a despesa com ressarcimento de valores de Compensação Previdenciária recebidos em anos anteriores indevidamente que, conforme informado pelos gestores do plano, foi orientado pela Secretaria de Previdência a ser descontado dos recursos do Fundo Previdenciário.



Fundo Financeiro

Composto pelos servidores admitidos até 31/ago/13 e benefícios gerados por estes servidores conforme Lei Municipal nº 427, de 27 de novembro de 2013. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.



7 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO

Passamos a descrever agora, as principais variações entre os resultados apurados neste estudo e os das três últimas avaliações atuariais.

Foi utilizada para esta análise a base de dados cadastral que contempla toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

7.1 Variação na base de dados cadastrais do Plano Financeiro

Quadro 9. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	1.969	880	286
Avaliação Atuarial 2023	1.870	921	286
Avaliação Atuarial 2024	1.746	997	292

Quadro 10. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 4.163,66	R\$ 5.574,22	R\$ 2.536,71
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 5.039,09	R\$ 6.481,63	R\$ 3.014,97
Avaliação Atuarial 2024	R\$ 5.626,90	R\$ 6.885,25	R\$ 3.347,58

Quadro 11. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 8.198.242,11	R\$ 4.905.311,80	R\$ 725.499,19
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 9.423.103,64	R\$ 5.969.579,16	R\$ 862.282,53
Avaliação Atuarial 2024	R\$ 9.824.575,18	R\$ 6.864.591,15	R\$ 977.494,02

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre 2022 e 2023 verificou-se redução de 5,03 pontos percentuais no número de participantes ativos, 99 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 41, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 17,54% no gasto com pessoal
- Entre 2023 e 2024 redução de 6,63% pontos percentuais no número de participantes ativos, 124 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 76, e aumento de pensões, 6, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 8,68% no gasto com pessoal.

7.2 Variação no Custo Previdenciário

O Fundo Financeiro é um fundo em Repartição Simples não havendo formação de Provisões Matemáticas para além do exercício corrente. Desta forma, não há análise comparativa a ser feita.

7.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 12. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2021	41.686.665,73	78.142.016,28	-36.455.350,55
Avaliação Atuarial 2022	38.959.674,62	85.876.529,75	-46.916.855,13
Avaliação Atuarial 2023	52.149.883,12	91.264.208,92	-39.114.325,80

Quadro 13. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2021	67.375.792,18	73.332.491,73	-5.956.699,55
2022	77.605.540,67	85.241.292,12	-7.635.751,45
2023	99.647.912,98	98.463.592,09	1.184.320,89

Quadro 14. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019	-38,13%	6,56%	
2020	-49,80%	0,75%	
2021	-47,67%	-7,31%	

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Nos anos de 2021 e 2022 verifica-se diferenças significativas em relação aos valores de receitas estimadas e ocorridas, principalmente no ano de 2022, onde os valores de receitas estimadas foram inferiores em 49,80%.

Em relação ao ano de 2023 verifica-se ainda uma diferença significativa em relação aos valores de receitas estimadas e ocorridos, tendo sido estimado valores de receitas inferiores em 47,67. Identifica-se que o principal motivo para ter sido estimado um valor inferior ao ocorrido se deve aos valores de Aportes da Prefeitura para cobertura da insuficiência financeira e dos valores de IR Retido na Fonte que somados majoraram os valores de receitas

ocorridas em R\$ 50.348.654,83. Se descontássemos esses valores teríamos a diferença entre os valores estimados e corridos de apenas 5,78%.

Com relação aos valores de despesas de verifica-se que ao longo dos três anos analisados têm-se uma diferença média entre os valores ocorridos e estimados de 0,68%, mostrando proximidade entre os valores.




8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de gestão atuarial tem por principal objetivo avaliar a aderência das projeções atuariais à realidade do plano previdenciário no período dos últimos três anos.

Desta forma, tomou-se as projeções consignadas nos estudos atuariais anteriores, os quais foram realizados pelos atuários responsáveis técnicos do plano previdenciário no período entre 2021 e 2023, bem como os valores de receitas e despesas ocorridas neste mesmo período.

Na análise comparativa, verificou-se, em alguns casos, diferença significativas entres os valores projetados e ocorridos, que pode ser atribuída, no cálculo realizados pela Lógica, ao a rentabilidade dos investimentos superiores ao esperado e recebimento de receitas e ocorrência de despesas não esperadas que foram computadas na contabilidade do RPPS.



Adilson Moraes da Costa
Atuário Miba 1.032 MTE/RJ

Aldo da Silva Honorio
Presistente do Lagesprevi

